

Ofício "S" nº 11, de 2006

Autoria: Presidente do Supremo Tribunal Federal**Iniciativa:****Ementa:**

Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no recurso extraordinário nº 358273, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 15 de agosto de 2006, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998.

Assunto: -**Data de Leitura:** 15/09/2006**Tramitação encerrada****Decisão:** Prejudicada**Último local:** -**Destino:** -**Último estado:** 20/12/2011 - PREJUDICADA**Despacho:****30/11/2006 (Despacho inicial)**

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:**CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)****Relator(es):**Senador José Agripino (encerrado em 22/12/2010 - Fim de
Legislatura)Senador Pedro Taques (encerrado em 14/12/2011 - Deliberação
da matéria)**TRAMITAÇÃO****30/12/2011** SF-SARQ - Secretaria de Arquivo**Ação:** PROCESSO ARQUIVADO.**22/12/2011** SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE**Ação:** Anexado Mensagem SF nº 320, de 21/12/2011, ao Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando a
prejudicialidade da matéria. (fls. 210).
Ao arquivo**20/12/2011** SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE**Ação:** Recebido neste órgão às 18h25.**20/12/2011** SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**Situação:** PREJUDICADA**Ação:** Leitura do Parecer nº 1.500, de 2011 - CCJ, Relator Senador Pedro Taques, pela declaração de prejudicialidade dos Ofícios "S" nºs
11, 12, 13 e 16, todos de 2006.

TRAMITAÇÃO

Será feita a devida comunicação ao Supremo Tribunal Federal.

Publicado no DSF Páginas 54918

Publicado no DSF Páginas 54850-54858

16/12/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Aguardando leitura do Parecer da CCJ.

Juntada, às fls. 207 e 208, cópia da legislação citada no Parecer.

14/12/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste Órgão, às 19h.

14/12/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SSCLSF, para prosseguimento da tramitação.

14/12/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES

Ação: Na 66ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova a declaração de prejudicialidade dos Ofícios "S" nºs 11, 12, 13 e 16, de 2006, que tramitam em conjunto (art. 334 do RISF).

Anexei o Ofício nº 231/2011- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF.

13/12/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Recebido o Relatório do Senador Pedro Taques, com voto pela declaração de prejudicialidade dos Ofícios "S" nº 11, 12, 13 e 16, de 2006.

Matéria incluída na Pauta da Comissão.

(Tramitam em conjunto os Ofícios "S" nº 11, 12, 13 e 16, de 2006)

07/12/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Pedro Taques, para emitir relatório.

04/02/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Retorna à CCJ.

Matéria aguardando distribuição.

TRAMITAÇÃO

04/02/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal.

A matéria volta à CCJ.

28/01/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste Órgão, às 15:50.

28/01/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Devolvido pelo Relator, em atendimento ao art. 89, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, conforme solicitação do Ofício Circular nº 350-PRESIDÊNCIA/CCJ, de 07/12/2010.

À SCLSF, em cumprimento ao disposto no art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal (Final da 53ª Legislatura).

14/02/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador José Agripino, para emitir relatório.

(Art. 84, §2º, III do RISF)

(Tramitam em conjunto o OFS nº 11, de 2006; OFS nº 12 de 2006; OFS nº 13 de 2006; e OFS nº 16, de 2006).

26/01/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Retorna à CCJ.

Matéria aguardando instalação da Comissão para posterior distribuição.

11/01/2007 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal.

A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

11/01/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa, para atender ao disposto no art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal (Final da 52ª Legislatura).

(Tramita em conjunto com os OFS nºs 12, de 2006; 13, de 2006; e 16, de 2006).

À SSCLSF.

30/11/2006 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão.

Matéria aguardando distribuição.

TRAMITAÇÃO

(Tramita em conjunto com os OFS nºs 12, de 2006; 13, de 2006; e 16, de 2006).

30/11/2006 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: A Presidência recebeu do Supremo Tribunal Federal os Ofícios nºs S/11 a S/13 e S/16, de 2006 (nºs 71 a 73 e 87/2006, na origem), encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópias da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e dos acórdãos proferidos por aquela Corte, nos recursos extraordinários 358273, 357950, 390840 e 346084, cujas publicações ocorreram no Diário da Justiça de 15 de agosto de 2006, que declararam a inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro 1998.

A Presidência, nos termos do § 1º, do art. 48 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 35, de 2006, determina a tramitação conjunta das matérias, que vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

À CCJ.

Publicado no DSF Páginas 36310

18/09/2006 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Aguardando leitura.

15/09/2006 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 197 (cento e noventa e sete) folhas numeradas e rubricadas.

À SSCLSF.

DOCUMENTOS

OFS 11/2006

Data: 15/09/2006

Autor: Presidente do Supremo Tribunal Federal

Local: null

Descrição/Ementa: Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no recurso extraordinário nº 358273, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 15 de agosto de 2006, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998.

Avulso inicial da matéria

Data: 30/11/2006

Autor: -

Local: null

Relatório Legislativo

Data: 13/12/2011

Autor: Senador Pedro Taques (PDT/MT)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido o Relatório do Senador Pedro Taques, com voto pela declaração de prejudicialidade dos Ofícios "S" nº 11, 12, 13 e 16, de 2006.

DOCUMENTOS

Matéria incluída na Pauta da Comissão.

(Tramitam em conjunto os Ofícios "S" nº 11, 12, 13 e 16, de 2006)

Parecer

Data: 14/12/2011

Autor: -

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 66ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova a declaração de prejudicialidade dos Ofícios "S" nºs 11, 12, 13 e 16, de 2006, que tramitam em conjunto (art. 334 do RISF).

Anexei o Ofício nº 231/2011- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF.

P.S 1500/2011

Data: 20/12/2011

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura do Parecer nº 1.500, de 2011 - CCJ, Relator Senador Pedro Taques, pela declaração de prejudicialidade dos Ofícios "S" nºs 11, 12, 13 e 16, todos de 2006.
Será feita a devida comunicação ao Supremo Tribunal Federal.